

Postes da REN são alvo de providência cautelar

31-Aug-2010

A população de Parada do Bispo, Lamego, entregou, ontem, no Tribunal Administrativo de Lisboa, uma acção popular e uma providência cautelar para travar os postes de alta tensão que a REN está a instalar nas vinhas e património mundial.

Alzira Viseu, uma das habitantes daquela aldeia, levantou dúvidas quanto à legalidade da instalação dos postes e linhas por parte da Rede Energética Nacional (REN) e garantiu que a população foi confrontada com um facto consumado.

A REN recorreu-se de uma lei de 1936 para entrar nas nossas propriedades. Mas há a questão da legalidade do processo, porque nem houve um estudo de impacto ambiental, mas apenas um estudo de incidência ambiental. Não se teve em conta o facto de isto ser uma zona de Património Mundial da Humanidade e Reserva Ecológica Nacional, sublinhou.

Ontem, pela mão do advogado Rui Costa, foi entregue uma acção popular acompanhada de uma providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa com o objectivo de parar o avanço da colocação dos gigantescos postes de muito alta tensão entre Valdigem e Armamar, em pleno Alto Douro Vinhateiro, classificado pela UNESCO em 2001.

Pretende-se com esta acção a declaração da nulidade dos actos de licenciamento e com a providência cautelar a suspensão da eficácia desses mesmos actos até que o tribunal se pronuncie, afirmou o advogado.

Rui Costa considerou que a linha em causa foi realizada sem avaliação de impacto ambiental e, acrescentou, parte dela situa-se na zona geral de protecção do Alto Douro Vinhateiro e da reserva ecológica.

2010-08-26 - JN